



Carla Gil  
Luís Manuel  
Sílvia

### ATA N.º 3

***Procedimento concursal de carácter urgente para a constituição de relação jurídica de emprego público, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários (Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro), para ocupação de postos de trabalho da carreira Docente, do mapa de pessoal da Casa Pia de Lisboa, IP.***

No dia cinco de junho de dois mil e dezoito, pelas dez horas, reuniu o júri do procedimento concursal em referência, nos Serviços Centrais da Casa Pia de Lisboa, IP, estando presentes, a 1.ª Vogal efetiva, Carla Maria Carvalho Tomás Gil, em substituição do Presidente, Luís Manuel Martins Raimundo, que por motivos devidamente justificados não pode estar presente, a 1.ª Vogal suplente, Sílvia Martins Lopes Correia Duarte, em substituição da 1.ª Vogal efetiva, e a 2.ª Vogal efetiva, Célia Marina Carvalho Tomás Lemos Carvalho, tendo como ordem de trabalhos:

- 1. Análise das alegações apresentadas no âmbito da audiência de interessados**
- 2. Retificação de ficha individual de avaliação curricular**
- 3. Lista definitiva ordenada alfabeticamente dos candidatos aprovados**

- 1. Análise das alegações apresentadas no âmbito da audiência de interessados**

Decorrido o prazo de audiência de interessados, o júri verificou que os candidatos a seguir identificados apresentaram alegações, que se dão aqui por integralmente reproduzidas, e que em síntese se consubstanciam no seguinte:

**Ana Rita Teixeira Cardona**

*“Na lista provisória dos candidatos aprovados (ata n.º 2), o meu nome consta na lista Função/Atividade – Formadores – artigo 11.º e deveria constar na lista Função/Atividade – Docentes de Música, ao qual me candidatei.”*

Analisado o exposto, o júri entendeu esclarecer a candidata que foi aberto “Procedimento concursal (...) para ocupação de postos de trabalho da carreira



*Antigo  
C. de Lisboa  
Gente*

Docente, do mapa de pessoal da Casa Pia de Lisboa, IP.”, pelo que a candidata irá regularizar a sua situação profissional na carreira docente.

#### **Cláudia Sofia Marques Ferreira**

*“(…) relativamente ao parâmetro - Formação Profissional frequentada nos últimos 3 anos devem ser considerados 1,50 valores (10% de 15 valores) pois frequentei uma formação acreditada de 50 H no ano letivo 2015/2016, como consta do certificado enviado aquando da fase de candidatura (...)”.*

Considerando o exposto, o júri verifica que há lugar à alteração do parâmetro Formação Profissional de 1,00 valores (10% de 10 valores), para 1,50 valores (10% de 15 valores), atendendo que a mesma comprova possuir 50 horas de formação acreditada. Em face do atrás exposto, a classificação final terá a valoração de 19,50 valores.

#### **Hugo Ribeiro Fernandes**

*“Na lista provisória dos candidatos aprovados (ata n.º 2), o meu nome consta na lista Função/Atividade – Formadores – artigo 11.º e deveria constar na lista Função/Atividade – Docentes de Música, ao qual me candidatei.”*

Analisado o exposto, o júri entendeu esclarecer o candidato que foi aberto “Procedimento concursal (...) para ocupação de postos de trabalho da carreira Docente, do mapa de pessoal da Casa Pia de Lisboa, IP.”, pelo que o candidato irá regularizar a sua situação profissional na carreira docente.

#### **Sara Abade**

*“(…) Contesto decisão de exclusão, pois não respeita a CRP. e (sic) apresento recurso hierárquico, baseada na mesma.*

*3. A validade das leis e dos demais atos do Estado, das regiões autónomas, do poder local e de quaisquer outras entidades públicas depende da sua conformidade com a Constituição.*

*e Artigo 13.º da CRP*

*(Princípio da igualdade)*

*1. Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.*

*2. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.*

*Em que ficamos?*

*Regulamentos com mais força que a CRP?*

*Factos e argumentos não coincidem*





Ok  
C. L. L. L.  
Gente.

*Afinal essa Entidade não cumpre a CRP e é tudo legal? (...)*

Em face do exposto, o júri entende esclarecer a candidata que o presente “Procedimento concursal”, insere-se “no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários”, aprovado pela Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, ou seja, uma lei aprovada formalmente na Assembleia da República, em conformidade com a Constituição da República Portuguesa de 1976.

Nesse sentido, o Júri, em obediência à Constituição e à Lei, não pode considerar a sua candidatura, “uma vez a sua situação não foi abrangida pelo despacho ministerial n.º 12/2018, de 13 e 15 de março, que homologou os pareceres da Comissão de Avaliação Bipartida favoráveis à regularização extraordinária dos vínculos inadequados da área do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, conforme Portaria n.º 150/2017, de 3 de maio, alterada pela Portaria n.º 331/2017, de 3 de novembro, e Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro”.

Por conseguinte, face ao enquadramento legal supracitado, o júri deliberou manter a decisão de exclusão da sua candidatura.

#### **Paulo José da Silva Martinho Anastácio**

*“(...) Contesto a não consideração da minha candidatura, nem em lista de excluídos com os motivos da exclusão devidamente fundamentada como é normal num concurso público.*

*- Contesto a abertura deste concurso por ser na sequência do PREVPAP e eu ainda não ter sido alvo de homologação e preencher todos os requisitos para ser opositor a este concurso.*

*- Contesto porque nomeadamente observar o pressuposto no artigo 2.º ponto 2 “...reconheça que as mesmas [Funções] correspondem a necessidades permanentes e que o vínculo jurídico é inadequado...” da Lei n.º 112/2017. Ora, eu estou no 2.º contrato a prazo, com termo certo, em licença sem vencimento oriundo de uma categoria (AT) que não pode desempenhar as funções que sempre desempenhei (docente). Não considerar este enquadramento como “...vínculo jurídico é inadequado...” é uma ideia claramente orientada para a análise negativamente orientada para a minha situação particular. Atente-se que foi considerado um colega meu, igualmente a cumprir o 2.º contrato exatamente igual ao meu, a diferença que se destaca no meu caso é que eu estou nesta função há 29 anos, não há 2 anos, mas estou contratado a prazo. Alguém acha que esta situação é um vínculo jurídico adequado?*

*- Contesto por desempenhar funções que correspondem a necessidades permanentes, pelo 2.º ano consecutivo abriram 2 vagas para contratar*



*Original  
Torbe, Camille  
Gomes*

*docentes para ministrar as aulas que eu leciono, sendo que eu preenchi nos dois anos uma das vagas."*

Pese embora o exposto, o júri entende esclarecer o candidato que o presente "Procedimento concursal", insere-se "no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários", pelo que o Júri, em obediência ao princípio da legalidade, não pode considerar a sua candidatura, "uma vez a sua situação não foi abrangida pelo despacho ministerial n.º 12/2018, de 13 e 15 de março, que homologou os pareceres da Comissão de Avaliação Bipartida favoráveis à regularização extraordinária dos vínculos inadequados da área do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, conforme Portaria n.º 150/2017, de 3 de maio, alterada pela Portaria n.º 331/2017, de 3 de novembro, e Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro".

Por conseguinte, face ao enquadramento legal supracitado, o júri deliberou manter a decisão de exclusão da sua candidatura.

#### **Carlos Tony Pereira Gomes**

*"(...) requerer que seja reavaliada a apreciação final da minha Classificação da Avaliação Curricular. Assumindo perentoriamente que os fatores de ponderação do atual procedimento, no âmbito PREVPAP são diferentes dos aplicados em procedimentos anteriores, mais concretamente nos procedimentos con\_tratuais (sic) entre 2011 e 2017, nos quais sempre obtive a melhor classificação entre todos os docentes do EIM, verifico que no atual procedimento isso não se veio a confirmar. Assim, comparando os critérios dos procedimentos anteriores com o atual procedimento, entendo que po\_derão (sic) existir incongruências na atribuição das Classificações da Avaliação Curricular aos docentes lista\_dos (sic) do grupo de recrutamento 610 (concretamente, classificações mal atribuídas em função do número de anos de experiência profissional, ou habilitação inexistente, ou número de horas de formação profissi\_onal (sic) superior à realidade) e, por isso, com base nos critérios aplicados, solicito a reanálise das classifica\_ções (sic) de forma a validarem, ou não, uma eventual discrepância de resultados.(...)"*

Analisado o exposto, o júri entende, em primeiro lugar, esclarecer o candidato que a classificação dos parâmetros da ficha de avaliação curricular foi reapreciada, não havendo lugar à alteração da sua classificação final. Em segundo, cumpre ainda esclarecer que o presente "Procedimento concursal", insere-se "no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários", pelo que o mesmo





não tem comparação com outros anteriormente realizados. Assim, o Júri delibera manter a notação atribuída.

## **2. Retificação de ficha individual de avaliação curricular**

Relativamente à candidata Adelaide Sofia Ferreira Carraco dos Reis, o Júri verifica que há lugar à alteração do parâmetro Experiência Profissional de 16,00 valores para 11,20, uma vez que ocorreu um lapso no preenchimento da sua ficha individual de avaliação curricular, e a mesma comprova possuir um tempo de serviço “superior a 1 e até 3 anos”. Em face disso, a classificação final retificada terá a valoração de 14,00 valores.

## **3. Lista definitiva ordenada alfabeticamente dos candidatos aprovados**

Terminada a apreciação das alegações apresentadas pelos candidatos, o júri delibera converter a lista provisória ordenada alfabeticamente dos candidatos aprovados em definitiva, que se anexa à presente ata, com as alterações decorrentes das alegações julgadas procedentes e a retificação referida no ponto anterior.

No cumprimento do disposto no artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril (doravante Portaria), a referida lista, acompanhada das restantes deliberações do júri, é submetida a homologação do dirigente que procedeu à sua publicitação.

\*\*\*

Para efeitos do previsto no artigo 23.º da Portaria, fica expressamente consignado nesta ata, que na presente reunião, todas as deliberações do júri foram tomadas por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, de que se lavrou a presente ata, a qual depois de lida e achada conforme, vai ser assinada e rubricada pelos membros júris presentes.

**Presidente**

**(Carla Gil)**

**1.ª Vogal Suplente**

**(Sílvia Duarte)**

**2.ª Vogal Efetiva**

**(Célia Carvalho)**